

Câmara escolhe presidência de comissões amanhã

Um dos motivos do adiamento é a polêmica em torno da presidência da Comissão dos Direitos Humanos, indicada pelo PPB

Disputa pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional também é grande entre o PDT e PFL

ZENAIDE AZEREDO

A Mesa da Câmara dos Deputados decidiu transferir para amanhã, a votação da presidência das comissões permanentes da Casa, prevista inicialmente para hoje. O adiamento decorre da expectativa que se criou em torno da presidência da Comissão dos Direitos Humanos e que deverá ser decidida hoje, durante reunião de líderes. Na reunião também serão definidas as presidências das comissões de Educação e das Relações Exteriores e Defesa Nacional, disputadas pelo PDT e PFL.

Embora já esteja descartada a possibilidade da presidência da comissão de Direitos Humanos ser dada ao deputado e ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro (-PPB-RJ), primeiro a se lançar candidato, o líder do PPB, deputado Odelmo Leão (MG), pretende manter a comissão com seu partido, em que pesem as reclamações de dezenas de entidades de direitos humanos. Bolsonaro, mesmo tendo perdido o apoio do PPB - que não gostou do teor de suas declarações em favor da pena de morte e trabalhos forçados para presidiários - comunicou aos jornalistas que continua candidato.

Outro que também, mesmo sem contar com o apoio do PPB, resolveu se candidatar para a presidência da Comissão dos Direitos Humanos foi o deputado Wigberto Tartuce (DF). Ele mandou uma correspondência a comissão declarando-se candidato independente. Procurado pelo **Jornal de Brasília** o deputado não foi encontrado em seu gabinete na Câmara, onde não comparece desde quinta-feira passada.

O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), mesmo querendo que a Co-

missão de Direitos Humanos mantenha "seu papel histórico", parece que não vai lutar pela manutenção da presidência com o PT, que já deu quatro presidentes à CDH. Ele poderia resolver essa pendenga entre PPB e PT se julgasse a questão de ordem levantada pelo PT, que acusa a Mesa da Câmara de ter errado na contagem de votos do bloco de oposição, computando um deputado do PDT como se fosse do PPB. Mas Temer não parece propenso a resolver o problema através da questão de ordem, preferindo que os dois partidos se acertem.

Militares

Diante das poucas chances de o PPB trocar a Comissão dos Direitos Humanos pela da Amazônia e Desenvolvimento Regional, destinada ao PT, a Mesa da Câmara vai tentar sensibilizar o PPB para que designe alguém identificado com os direitos humanos. Odelmo Leão mostra-se propenso a indicar o deputado Eraldo Trindade, uma vez que vem justificando essa escolha com base no critério regional. E Trindade é do Amapá.

A favor do bloco de oposição, nessa negociação, pesa o fato de ter saído para o PDT a comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, normalmente ocupada pelo PFL. O PDT prefere a comissão de Educação, dessa vez escolhida pelo PFL. Mas tudo indica que a troca será feita, principalmente porque os militares não gostaram de ter a presidência de sua comissão entregue ao bloco de oposição e já manifestaram essa preocupação aos líderes governistas da Câmara.

Nomeação de general é incerta

O Governo está reavaliando a nomeação do general Ricardo Agnese Fayad para subdiretor de Saúde do Exército. Fayad é acusado de apoiar práticas de tortura durante a ditadura militar. A informação foi dada ontem ao pastor Jaime Wright pelo secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, num telefonema de Genebra, onde participa da abertura da reunião da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Wright pediu demissão do Comitê de Julgamento do Prêmio Nacional dos Direitos Hu-

manos em protesto contra a nomeação do general. "Ele me fez um apelo dramático para que eu reconsiderasse e desse mais um tempo, porque estão ocorrendo gestões profundas no Governo e o assunto terá um desfecho rápido", relatou. Dirigente da Igreja Presbiteriana do Brasil, Wright preferiu manter seu pedido de demissão. Escolhido pelo ministro do Exército, Zenildo de Lucena, e nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, Fayad foi reconhecido por ex-presos políticos como integrante da equipe de torturadores do DOI-Codi do Rio entre 1969 e 1974.